

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS – CODEMM**  
**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026**

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS – CODEMM, por intermédio de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a presente **RETIFICAÇÃO DO EDITAL**, em razão do julgamento de impugnação apresentada, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

### **1. DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO**

Fica a impugnação apresentada **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, pelos fundamentos constantes na decisão administrativa, especialmente quanto à necessidade de aprimoramento das informações relativas à execução contratual e à ampliação da competitividade do certame.

---

### **2. DAS ALTERAÇÕES NO EDITAL**

#### **2.1. DO PARCELAMENTO DO OBJETO**

Fica alterado o critério de julgamento do certame, promovendo-se o **desmembramento do lote anteriormente agrupado**, de modo a:

- separar o item **cimento** dos itens **areia, brita e bica corrida**;
- permitir a participação de licitantes de forma **individualizada por item ou por grupos homogêneos**, conforme sua área de atuação.

O Termo de Referência e o Anexo de Proposta passam a refletir a nova estrutura de itens.

---

#### **2.2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA**

Fica incluído no Termo de Referência:

- a **relação completa dos municípios consorciados** aptos a realizar pedidos: São Francisco de Paula, Oliveira, Carmópolis de Minas, Desterro de Enteroiros, passatempo, Itaguara e São Brás do Suaçuí.
- a **indicação dos respectivos locais de entrega** (endereços ou pontos de referência logísticos), dependerá de acordo bilateral não podendo ultrapassar os limites territoriais de cada Município consorciado.

---

#### **2.3. DO PRAZO DE ENTREGA**

Fica estabelecido que:

- o prazo máximo para entrega dos materiais será de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, salvo justificativa aceita pela Administração.
- 
- 
-

## 2.4. DO QUANTITATIVO POR PEDIDO

Fica acrescida ao Termo de Referência a seguinte diretriz:

- sempre que possível, a Administração buscará realizar pedidos em quantitativos que observem a **economicidade logística**, sem prejuízo do atendimento às suas necessidades, não se obrigando, contudo, à fixação de quantitativo mínimo por ordem de fornecimento.

---

## 3. DA REABERTURA DO PRAZO

Considerando que as alterações impactam a formulação das propostas, fica:

- **ADIADA a data de abertura do certame**, que será republicada nos mesmos meios oficiais;
- assegurada a **reabertura integral do prazo**, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

---

## 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital que não conflitarem com a presente retificação.

---

**Carmópolis de Minas, 28 de abril de 2026.**

---

---

**Marcelo Ananias Fonseca**  
**Agente de Contratação / Pregoeiro**  
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS – CODEMM

---

---

# PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

## CONTRATANTE (UASG)

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS -  
CODEMM (933517)

## OBJETO

AQUISIÇÃO, VIA REGISTRO DE PREÇOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS - CODEMM

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 100.018.026,02 (Cem milhões, dezoito mil, vinte e seis reais e dois centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	17
11. DOS RECURSOS .....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

**EDITAL Nº 005/2026****CODEMM - CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

(Processo Administrativo nº 005/2026)

Torna-se público que o Consórcio, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição, via registro de preços, de materiais de construção civil, elétricos, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI's), destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. *Havendo divergências entre os valores, marcas, modelos e fabricantes informados no sistema de compras governamentais (Comprasnet) e o documento de proposta anexado na plataforma, PREVALECERÁ aqueles que forem informados em campo próprio do sistema supracitado.*

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Se for o caso, o intervalo para almoço será das 11h00min às 13h00min (horário de Brasília).

4.11. Será permitida a abertura de, no máximo, 20 itens.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e valor total do item;

5.1.2. Marca, quando for o caso;

5.1.3. Fabricante, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que

regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio de consulta eletrônica, e em casos excepcionais digitalizados sob pena de falsificação documental caso haja.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
  - 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à

imediate perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [codemmconsorcio@gmail.com](mailto:codemmconsorcio@gmail.com).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp)
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
  - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Carmópolis de Minas/MG, 28 de abril de 2026.

---

**Mériton Balduino Alves**  
**Subscritor**  
**MASP 5469-0**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADAS DE PARA EMPRESAS AQUISIÇÃO MATERIAIS - CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS E EPI'S - SRP.**

#### **1. OBJETIVO**

O objetivo deste Termo de Referência é formalizar a contratação de empresas especializadas para a aquisição de materiais de construção civil, elétricos, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs), destinados a atender as demandas do CODEMM. A contratação visa garantir a disponibilidade de materiais de qualidade, conforme as especificações técnicas e as necessidades operacionais da secretaria, assegurando a execução eficiente e segura das obras e serviços públicos municipais. A aquisição será realizada em conformidade com as normas e regulamentações vigentes, garantindo a pontualidade, a qualidade e a adequação dos produtos fornecidos.

#### **2. JUSTIFICATIVA**

A contratação de empresas especializadas para o fornecimento de materiais de construção civil, elétricos, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) é de extrema importância para a execução das atividades dos Municípios interessados, que realiza obras de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento e manutenção da cidade. A aquisição de materiais adequados e de qualidade contribui para a eficiência e segurança dos serviços, além de garantir o cumprimento das normativas técnicas e legais.

A necessidade de realizar essa contratação decorre da constante demanda por materiais que atendam aos diversos tipos de intervenções urbanísticas, como obras de pavimentação, reformas, instalações elétricas e hidráulicas, bem como a exigência do uso de EPIs para a proteção dos trabalhadores envolvidos nas atividades da secretaria. A aquisição de tais materiais visa assegurar a continuidade e o bom andamento das obras públicas, permitindo que os projetos sejam executados dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade exigida.

---

---



Dessa forma, a contratação de empresas especializadas é fundamental para o cumprimento dos objetivos das suas funções finalísticas, garantindo a execução eficiente e segura das obras e serviços essenciais para a população de seus Municípios.

### **3. OBJETO**

#### **3.1. DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS - CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS E EPI'S.

#### **3.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

O objeto deste Termo de Referência consiste na aquisição, via registro de preços, de materiais de construção civil, elétricos, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI's), destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM. A contratação abrangerá a aquisição de materiais necessários para a execução de obras e serviços públicos, com a garantia de qualidade, conformidade técnica e segurança, de acordo com as especificações e exigências deste Termo de Referência.

A entrega dos materiais será realizada conforme a demanda pela Secretaria Municipal de Obras, respeitando os prazos e as condições acordadas, visando garantir o bom andamento e a eficiência das atividades e projetos em execução.

#### **3.3. RELAÇÃO DE ITENS (LOTES)**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UNID	QUANT .	VALOR UNIT .	VALOR TOTAL UNIT.(R\$)
1	ARMAÇÃO REX 1 X 1 X 1/8	UNID	720	13,33	R\$ 9.597,60
2	ARMAÇÃO REX 2 X 2 X 1/8	UNID	720	30,66	R\$ 22.075,20
3	ARMAÇÃO REX 3 X 3 X 1/8	UNID	480	50,72	R\$ 24.345,60
4	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (DIMENSÕES: 1,5 X 25, 4 X 1000MM)	UNID	750	104,97	R\$ 78.727,50
5	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BRAÇO LONGO: 3M X 48,3 M P/ 2 ).	UNID	750	337,62	R\$ 253.215,00



6	BLOCO AUTONOMO ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA COM DOIS FAROIS LEDS, MINIMO DE 1200 LUMES, AUTONIMIA DA BATERIA MINIMA DE 3 HORAS	UNID	63	214,22	R\$ 13.495,86
7	CABO MULTIPLEXADO (MONOFASICO) DUPLEX 2X16MM	METRO	3750	9,4	R\$ 35.250,00
8	CABO MULTIPLEXADO (TRIFASICO) QUADRIplex 4X16MM	METRO	3750	14,57	R\$ 54.637,50
9	CABO DE ENERGIA PARALELO 2X1,5MM, ROLO COM 100 METROS	ROLO	187	344,06	R\$ 64.339,22
10	CABO DE ENERGIA PARALELO 2X2,5MM, ROLO COM 100 METROS	ROLO	75	487,95	R\$ 36.596,25
11	CABO FLEX 1.5MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	75	211,68	R\$ 15.876,00
12	CABO FLEX 10.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	900	1111,36	R\$ 1.000.224,00
13	CABO FLEX 16.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	82	1896,71	R\$ 155.530,22
14	CABO FLEX 2.5MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	900	233,98	R\$ 210.582,00
15	CABO FLEX 25.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	45	2876,59	R\$ 129.446,55
16	CABO FLEX 35.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	37	4174,69	R\$ 154.463,53
17	CABO FLEX 4.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	750	523,38	R\$ 392.535,00
18	CABO FLEX 50.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	12	7814,88	R\$ 93.778,56
19	CABO FLEX 6.0MM (ROLO 100M) DIVERSAS CORES	ROLO	900	663,66	R\$ 597.294,00
20	CABO FLEX PARALELO 2X1.50 (ROLO 100M)	ROLO	120	300,85	R\$ 36.102,00
21	CABO FLEX PARALELO 2X2.50 (ROLO 100M)	ROLO	105	590	R\$ 61.950,00
22	CABO FLEX PARALELO 2X4.0 (ROLO 100M)	ROLO	37	792,76	R\$ 29.332,12
23	CABO MULTIPLEXADO TRIPLEX 3X16,00MM (BIFASICO)	METRO	3750	12,16	R\$ 45.600,00
24	CAIXA DE INSPEÇÃO ATERRAMENTO PVC (PADRAO DCELT)	UNID	150	19,16	R\$ 2.874,00
25	CAIXA DE LUZ 3X3 AMARELA	UNID	900	2,2	R\$ 1.980,00
26	CAIXA DE LUZ 4X2 AMARELA	UNID	1800	1,67	R\$ 3.006,00
27	CAIXA DE LUZ 4X4 AMARELA	UNID	900	2,78	R\$ 2.502,00
28	CAIXA MEDIDOR ELETRONICO C/DPS (MEE) ALUMINIO (PADRAO DCELT)	UNID	112	999,41	R\$ 111.933,92
29	CINTA POSTE,MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO USO:SUPORTE PARA TRANSFORMADOR,DIÂMETRO:220MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS :GALVANIZAÇÃO POR IMERSÃO A QUENTE,ACESSÓRIOS: COM PARAFUSOS DE CABEÇAS ABAULADAS COM PESCOÇOS QU,TIPO: POSTE DE CONCRETO,SEÇÃO CIRCULAR	UNID	166	102,93	R\$ 17.086,38



30	CINTA CIRCULAR (ABRAÇADEIRA REDONDA) COM PARAFUSO DIMENSÕES: 230MM	UNID	375	81,37	R\$ 30.513,75
31	CINTA CIRCULAR (ABRAÇADEIRA REDONDA) COM PARAFUSO DIMENSÕES: 240MM	UNID	375	89,19	R\$ 33.446,25
32	CONDUITE FLEX AMARELO 20MM ( ROLO 50M)	ROLO	75	66,77	R\$ 5.007,75
33	CONDUITE FLEX AMARELO 25MM ( ROLO 50M)	ROLO	180	72,95	R\$ 13.131,00
34	CONDUITE FLEX AMARELO 32MM ( ROLO 25M)	ROLO	37	66,77	R\$ 2.470,49
35	CONDULETE PVC COM 5 ENTRADAS F 3/4 (A COR SERA DEFINIDA NA AQUISIÇÃO).	UNID	1425	26,63	R\$ 37.947,75
36	CONECTOR DE DERIVAÇÃO 2,5/ 10MM	UNID	3750	19,14	R\$ 71.775,00
37	CONECTOR DE DERIVAÇÃO 4,0/ 16MM²	UNID	3750	28,53	R\$ 106.987,50
38	DIJUNTOR - DIJUNTOR MONOFÁSICO 50A	UNID	1125	19,68	R\$ 22.140,00
39	DIJUNTOR - DIJUNTOR TRIFÁSICO 40A	UNID	1125	46,86	R\$ 52.717,50
40	DISJUNTOR MONOFASICO 25A	UNID	1500	14,35	R\$ 21.525,00
41	DISJUNTOR TRIFASICO 32A	UNID	750	40,54	R\$ 30.405,00
42	ELETRODUTO EM PVC CONDULETE TOP 3/4" COM 3 METROS (A COR SERA DEFINIDA NA AQUISIÇÃO).	UNID	750	19,84	R\$ 14.880,00
43	FEMEA DESMONTAVEL 2P	UNID	1200	3,57	R\$ 4.284,00
44	FITA BP Nº 4	UNID	1500	16,7	R\$ 25.050,00
45	FITA ISOLANTE ELÉTRICA PRETA, MATERIAL BÁSICO PVC COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA RESISTENTE E COM A DETERMINAÇÕES E NORMAS BNT, ROLOS DE 20MX10MM.	UNID	3750	3,38	R\$ 12.675,00
46	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 18M X 10M	UNID	450	4,65	R\$ 2.092,50
47	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 18M X 20M	UNID	330	7,24	R\$ 2.389,20
48	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 18M X 5M	UNID	450	2,6	R\$ 1.170,00
49	FITA ISOLANTE SCOTCH33+ 19MM X 10M	UNID	75	27,07	R\$ 2.030,25
50	FITA ISOLANTE SCOTCH33+ 19MM X 20M	UNID	75	36,24	R\$ 2.718,00
51	FITA ISOLANTE SCOTCH33+ 19MM X 5M	UNID	75	17,29	R\$ 1.296,75
52	FIXADOR PARA FIO 06MM	UNID	2400	0,21	R\$ 504,00
53	FIXADOR PARA FIO 08MM	UNID	2400	0,27	R\$ 648,00
54	FIXADOR PARA FIO 10MM	UNID	2625	0,29	R\$ 761,25
55	GLOBO DE PLÁSTICO LEITOSO 30CM BOCA 15 BRANCO, PARA USO EM POSTES E BALIZADORES DEJARDIN.	UNID	75	84,16	R\$ 6.312,00
56	ISOLADOR PORCELANA PIMENTAO 72 X 54	UNID	960	6,82	R\$ 6.547,20
57	LÂMPADA DE LED TUBULAR T8 60 CM BIVOLT BRANCO	UNID	750	15,96	R\$ 11.970,00

58	LÂMPADA DE LED TUBULAR T8 120 CM BIVOLT BRANCO	UNID	1875	25,03	R\$ 46.931,25
59	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 12W	UNID	750	6,12	R\$ 4.590,00
60	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 15W	UNID	750	9,8	R\$ 7.350,00
61	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 20W	UNID	450	11,04	R\$ 4.968,00
62	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 30W	UNID	450	16,57	R\$ 7.456,50
63	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 40W	UNID	300	20,87	R\$ 6.261,00
64	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 50W	UNID	300	48,31	R\$ 14.493,00
65	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 65W	UNID	150	115,86	R\$ 17.379,00
66	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 6W	UNID	150	4,34	R\$ 651,00
67	LAMPADA LED BIVOLT 6500K 9W	UNID	750	4,47	R\$ 3.352,50
68	LÂMPADA LED TUBULAR T8 120 CM BIVOLT BRANCO	UNID	12000	18,41	R\$ 220.920,00
69	LAMPADA LED TUBULAR T8 BIVOLT 6500K 9W 120CM	UNID	1500	16,16	R\$ 24.240,00
70	LAMPADA LED TUBULAR T8 BIVOLT 6500K 9W 60CM	UNID	1500	11,11	R\$ 16.665,00
71	LUMINÁRIA DE LED 100W EXTERNA	UNID	4500	211,8	R\$ 953.100,00
72	LUMINÁRIA DE LED 150W EXTERNA	UNID	6000	245,23	R\$ 1.471.380,00
73	LUMINÁRIA DE LED 200W EXTERNA	UNID	6000	274,21	R\$ 1.645.260,00
74	LUMINÁRIA DE LED 500W EXTERNA	UNID	2400	501,61	R\$ 1.203.864,00
75	LUMINÁRIA DE LED 5W EXTERNA	UNID	2400	199,53	R\$ 478.872,00
76	LUMINÁRIA FECHADA (REFLETOR) PARA AREA EXTERNA DE 200W	UNID	150	470,35	R\$ 70.552,50
77	MALETA DE TESTE MULTIFUNÇÃO 7 PONTOS - TESTADOR DE LÂMPADAS PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS	UNID	15	3628,93	R\$ 54.433,95
78	MANGUEIRA DE LUZ PT 1 ( ROLO 50M)	ROLO	37	155,94	R\$ 5.769,78
79	MANGUEIRA DE LUZ PT 1/2 ( ROLO 50M)	ROLO	37	68,28	R\$ 2.526,36
80	MANGUEIRA DE LUZ PT 3/4 ( ROLO 50M)	ROLO	36	98,65	R\$ 3.551,40
81	ORGANIZADOR DE FIOS 09MM X 1,5M	UNID	360	9,35	R\$ 3.366,00
82	ORGANIZADOR DE FIOS 12MM X 1,5M	UNID	360	11,07	R\$ 3.985,20
83	ORGANIZADOR DE FIOS 16MM X 1,5M	UNID	360	11,84	R\$ 4.262,40
84	POSTE GALVANIZADO 6 METROS	UNID	45	2352	R\$ 105.840,00
85	POSTE GALVANIZADO 7 METROS	UNID	45	3176,87	R\$ 142.959,15
86	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SAÍDA DE EMERGENCIA VERMELHO EM FUNDO BRANCO, BIVOLT, BATERIA COM AUTONOMIA MAIOR QUE 3 HORAS, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 30LM.	UNID	450	90,43	R\$ 40.693,50
87	PLUGUE BRANCO TOMADA PINO MACHO 10A 2P INMETRO	UNID	750	10,25	R\$ 7.687,50
88	PLUGUE BRANCO TOMADA PINO MACHO 20A 2P INMETRO	UNID	750	12,09	R\$ 9.067,50
89	PLUGUE BRANCO TOMADA PINO FÊMEA 10A 2P INMETRO	UNID	750	9,9	R\$ 7.425,00



90	PLUGUE BRANCO TOMADA PINO FÊMEA 20A 2P INMETRO	UNID	750	11,79	R\$ 8.842,50
91	PRENSA CABO 1 PG-29	UNID	1200	10,57	R\$ 12.684,00
92	PRENSA CABO 1/2 PG-13,5	UNID	960	3,33	R\$ 3.196,80
93	PRENSA CABO 3/4 PG-21	UNID	1200	8,35	R\$ 10.020,00
94	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 12 DIN 9 NEMA C/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	29	99,98	R\$ 2.899,42
95	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 12 DIN 9 NEMA S/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	29	61,32	R\$ 1.778,28
96	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 12/16 DIN/NEMA SOBREPOR	UNID	240	61,92	R\$ 14.860,80
97	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 16 DIN 11 NEMA C/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	90	130,69	R\$ 11.762,10
98	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 16 DIN 11 NEMA S/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	90	77,31	R\$ 6.957,90
99	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 24 DIN 18 NEMA C/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	90	191,43	R\$ 17.228,70
100	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 24 DIN 18 NEMA S/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	90	118,62	R\$ 10.675,80
101	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 3/4 DIN/NEMA EMBUTIR	UNID	72	24,72	R\$ 1.779,84
102	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 3/4 DIN/NEMA SOBREPOR	UNID	240	32,92	R\$ 7.900,80
103	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 36 DIN 24 NEMA C/BARRAMENTO SOBREPOR	UNID	240	173,78	R\$ 41.707,20
104	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 36 DIN 27 NEMA C/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	45	219,98	R\$ 9.899,10
105	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 36 DIN 27 NEMA S/BARRAMENTO EMBUTIR	UNID	45	357,37	R\$ 16.081,65
106	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 6/8 DIN/NEMA EMBUTIR	UNID	72	40,01	R\$ 2.880,72
107	QUATRO DISTRIBUIÇÃO 6/8 DIN/NEMA SOBREPOR	UNID	270	44,16	R\$ 11.923,20
108	REFLETOR HOLOFOTE LED 200W BRANCO FRIO, CARCAÇA METÁLICA EM ALUMÍNIO, BLINGAGEM A PROVA DA ÁGUA IP 65, COM REGULAGEM NO SUPORTE, LUMINOSIDADE 19500 LUMÉNS, ÂNGULO DE ABERTURA 140 GRAUS, ALTA ECONOMIA DE ENERGIA, BAIXA EMISSÃO DE CALOR.	UNID	165	229,87	R\$ 37.928,55
109	REFLETOR LED 100W HOLOFOTE 220V PROVA D'ÁGUA IP66 FRIO 6500K	UNID	1200	312	R\$ 374.400,00
110	REFLETOR LED 150W HOLOFOTE 220V PROVA D'ÁGUA IP66 FRIO 6500K	UNID	2700	334,3	R\$ 902.610,00
111	RELÊ FOTOELÉTRICO TÉRMICO 220V, ESPECIFICAÇÃO TENSÃO 220 CVA / 50- 60 HZ, MATERIAL POLIPROPILENO UV STABILITY, MODELO RFR2FS, POTÊNCIA DE COMANDO RESISTIVA: 1000 W, INDUTIVA 1800 VA, CORRIGIDO 500.	UNID	1200	33,38	R\$ 40.056,00
112	ROLDANA ESTRIBO 1X1 POLICARBONATO	UNID	1200	10,31	R\$ 12.372,00
113	ROLDANA PORCELANA MARRON PIMENTAO 72 X 72 MM	UNID	960	8,46	R\$ 8.121,60

114	TEMPORIZADOR ANALOGICO 24H	UNID	240	54,89	R\$ 13.173,60
115	TOMADA SOBREPOR INTERRUPTOR/TOMADA	UNID	450	25,57	R\$ 11.506,50
116	TOMADA DE IMBUTIR INTERRUPTOR DUPLO	UNID	750	26,05	R\$ 19.537,50
117	TOMADA FILTRO LINHA COM NO MINIMO 5 TOMADAS	UNID	450	56,18	R\$ 25.281,00
118	PLAFONIER COM BOCAL DE LOUÇA E-27	UNID	1500	6,58	R\$ 9.870,00
119	TOMADA SOBREPOR 10A	UNID	600	10,33	R\$ 6.198,00
120	TOMADA SOBREPOR 20A	UNID	600	11,16	R\$ 6.696,00
121	TOMADA SOBREPOR INTERRUPTOR DUPLO	UNID	600	23,6	R\$ 14.160,00
122	TOMADA SOBREPOR INTERRUPTOR SIMPLES	UNID	600	18,58	R\$ 11.148,00
123	PÓ DE PEDRA, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	6300	157,77	R\$ 993.951,00
124	PEDRA BRITADA N 0, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	4785	155,94	R\$ 746.172,90
125	PEDRA BRITADA N 1, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	9000	176,48	R\$ 1.588.320,00
126	PEDRA BRITADA N 3, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	9000	159,04	R\$ 1.431.360,00
127	AREIA LAVADA, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	12000	200,53	R\$ 2.406.360,00
128	BICA CORRIDA, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA REGIÃO DO EDITAL E CIDADES.	M³	43575	163,71	R\$ 7.133.663,25
129	SAIBRO, INCLUSIVE TRANSPORTE FORNECIMENTO	M³	45000	108,08	R\$ 4.863.600,00
130	CIMENTO PORTLAND CP-II 32 MPA, INCLUSIVE TRANSPORTE, FORNECIMENTO EM SACOS DE 50KG	SACO	27077	36,67	R\$ 992.913,59
131	AÇO CA-50, ESTIRADO, PREÇO DE REVENDEDOR, DO DIÂMETRO DE 06.3MM	VARA	2322	31,22	R\$ 72.492,84
132	AÇO CA-50, ESTIRADO, PREÇO DE REVENDEDOR, DO DIÂMETRO DE 10,0MM	VARA	5080	83,08	R\$ 422.046,40
133	AÇO CA-50, ESTIRADO, PREÇO DE REVENDEDOR, DO DIÂMETRO DE 8,00MM	VARA	3731	57,5	R\$ 214.532,50
134	AÇO CA-50, ESTIRADO, PREÇO DE REVENDEDOR, DO DIÂMETRO DE 4,2MM	VARA	3687	19,48	R\$ 71.822,76
135	AÇO CA-50, ESTIRADO, PREÇO DE REVENDEDOR, DO DIÂMETRO DE 12,5MM	VARA	612	138,82	R\$ 84.957,84
136	TELA EM AÇO CA-60 4,2MM MALHA POP 15X15CM COM 2 M X 3 M, COM SOLDA EM TODOS OS PONTOS DE CRUZAMENTO	UNID	1800	135,96	R\$ 244.728,00



137	TELA EM AÇO CA-60 4,2MM MALHA POP 20X20CM COM 2 M X 3 M, COM SOLDA EM TODOS OS PONTOS DE CRUZAMENTO	UNID	1650	129,02	R\$ 212.883,00
138	TELA DE ARAME SOLDADA GALVANIZADA 5X15CM, 1,50M DE ALTURA, FIO DE 2,30MM, ROLO 25M	RL	225	1256,26	R\$ 282.658,50
139	TELHA GALVANIZADA ONDULADA 4MM - ,44M X 50CM	UNID	420	108,13	R\$ 45.414,60
140	TELHA GALVANIZADA ONDULADA 6MM - 366M X 110CM	UNID	420	134,47	R\$ 56.477,40
141	BARRA ROSQUEADA EM AÇO - 5/8 C/ 1M	UNID	1500	195,94	R\$ 293.910,00
142	ARAME RECOZIDO Nº 18 1KG	KG	2251	22,15	R\$ 49.859,65
143	CABO DE AÇO GALVANIZADO 1/2	M	420	62,7	R\$ 26.334,00
144	CABO DE AÇO GALVANIZADO 3/8	M	525	42,18	R\$ 22.144,50
145	CABO DE AÇO GALVANIZADO 5/8	M	570	93,46	R\$ 53.272,20
146	VERGALHÃO DE AÇO NERVURADO CA 50 - 10MM (3/8)	BA	450	109,06	R\$ 49.077,00
147	CHAPAS DE AÇO CARBONO 3/8" (9,5MM) LISA 0,90 X 2,40 = 2,16M².	KG	1312	32,04	R\$ 42.036,48
148	ESMALTE SINTETICO 3,6L RENDIMENTOS ATÉ 75M² POR DEMÃO. DIVERSAS CORES	GL	1800	200,53	R\$ 360.954,00
149	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO BRANCO NEVE 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	6300	434,62	R\$ 2.738.106,00
150	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO BRANCO GELO 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	2700	434,62	R\$ 1.173.474,00
151	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO PALHA 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	3600	434,62	R\$ 1.564.632,00
152	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO MARFIM 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	1800	434,62	R\$ 782.316,00
153	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO AMARELO 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	3600	434,62	R\$ 1.564.632,00
154	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO AREIA 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	3000	434,62	R\$ 1.303.860,00
155	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO VERDE FLORESTA 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	3600	434,62	R\$ 1.564.632,00
156	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO VERDE LIMÃO 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	3600	434,62	R\$ 1.564.632,00
157	TINTA ACRILICA SUPER RENDIMENTO CINZA 18L (EXTERIOR/ INTERIOR)	LT	1800	434,62	R\$ 782.316,00
158	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	BD	450	190,37	R\$ 85.666,50
159	MASSA CORRIDA PVA 18 LITROS	BD	375	103,91	R\$ 38.966,25
160	TINTA BRANCA PVA 3,6 LITROS	GL	180	167,28	R\$ 30.110,40
161	TINTA ESMALTE ALUMINIO 3,6 LITROS	GL	180	206,79	R\$ 37.222,20
162	TINTA ESMALTE PRETO 3,6 LITROS	GL	187	195,33	R\$ 36.526,71
163	TINTA ESMALTE VERMELHO GALÃO 3,6 LITROS	GL	187	205,34	R\$ 38.398,58
164	TINTA PVA FOSCO 3,6 LITROS	GL	180	156,04	R\$ 28.087,20

165	TINTA PARA PISO 18 LITROS. DIVERSAS CORES	GL	420	537,66	R\$ 225.817,20
166	TINTA PARA PICO 3,6 LITROS	GL	465	125,98	R\$ 58.580,70
167	TINTA AMARELO DEMARCAÇÃO 18 LITROS	GL	225	423,22	R\$ 95.224,50
168	SELADOR ACRÍLICO 18 LITROS	GL	180	205,2	R\$ 36.936,00
169	VERNIZ 3,6 LITROS CETOL DECK	GL	1800	552,34	R\$ 994.212,00
170	HAMMERITE BR PRETO 2,4L	GL	1200	444,77	R\$ 533.724,00
171	ZARCÃO 3,6 LITROS	GL	675	112,34	R\$ 75.829,50
172	SOLVENTE 5 LITROS	GL	375	105,15	R\$ 39.431,25
173	AGUARRAS 900ML	UNID	420	27,74	R\$ 11.650,80
174	AGUARRAS 5 LITROS	UNID	75	101,01	R\$ 7.575,75
175	VERNIZ MARÍTIMO 3,6 LITROS	GL	262	155,4	R\$ 40.714,80
176	ROLO DE LÃ (CABO DE 9CM)	UNID	637	11,53	R\$ 7.344,61
177	ROLO DE LÃ (CABO DE 15CM)	UNID	567	17,32	R\$ 9.820,44
178	ROLO DE LÃ (CABO DE 23CM)	UNID	1012	25,08	R\$ 25.380,96
179	ROLO DE ESPUMA (CABO DE 9CM)	UNID	210	7,53	R\$ 1.581,30
180	ROLO DE ESPUMA (CABO DE 15CM)	UNID	210	11,38	R\$ 2.389,80
181	ROLO DE ESPUMA (CABO DE 23CM)	UNID	210	29,73	R\$ 6.243,30
182	ESPÁTULA DE AÇO 10CM	UNID	135	25,52	R\$ 3.445,20
183	LIXA DE FERRO Nº 80	UNID	3000	5,46	R\$ 16.380,00
184	LIXA DE PAREDE Nº 100	UNID	7500	2,92	R\$ 21.900,00
185	LIXA PARA MADEIRA Nº 80	UNID	3000	1,17	R\$ 3.510,00
186	LIXA PARA MADEIRA Nº 100	UNID	3000	1,5	R\$ 4.500,00
187	TRINCHA 2 1/2	UNID	420	15,69	R\$ 6.589,80
188	TRINCHA 4	UNID	180	18,07	R\$ 3.252,60
189	PINCEL PINTURA PREDIAL 1 1/2	UNID	375	6,67	R\$ 2.501,25
190	PINCEL PINTURA PREDIAL 1	UNID	375	3,85	R\$ 1.443,75
191	PINCEL PINTURA PREDIAL 1/2	UNID	375	2,89	R\$ 1.083,75
192	PINCEL PINTURA PREDIAL 2 1/2	UNID	375	15,17	R\$ 5.688,75
193	PINCEL PINTURA PREDIAL 2	UNID	375	9,95	R\$ 3.731,25
194	PINCEL PINTURA PREDIAL 3	UNID	375	17,23	R\$ 6.461,25
195	PINCEL PINTURA PREDIAL 4	UNID	375	15,76	R\$ 5.910,00
196	BANDEJA de pintura PLÁSTICA para rolos de até 15 cm de largura	UNID	2250	5,53	R\$ 12.442,50
197	BANDEJA de pintura PLÁSTICA para rolos de até 23 cm de largura	UNID	4500	8,46	R\$ 38.070,00
198	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL 1000A	UNID	150	152,6	R\$ 22.890,00
199	ALICATE BICO FINO 6"	UNID	150	31,19	R\$ 4.678,50
200	ALICATE BOMBA D'ÁGUA	UNID	75	52,34	R\$ 3.925,50
201	ALICATE DE CORTE TRANSVERSAL 6"	UNID	150	41,37	R\$ 6.205,50





202	ALICATE DE GRIMPAGEM HIDRÁULICO 4mm A 70mm	UNID	75	396,33	R\$ 29.724,75
203	ALICATE DECAPADOR	UNID	150	91,69	R\$ 13.753,50
204	ALICATE GRIMPADOR	UNID	150	116,33	R\$ 17.449,50
205	ALICATE MD6	UNID	30	1750,07	R\$ 52.502,10
206	ALICATE UNIVERSAL 8"	UNID	150	40,65	R\$ 6.097,50
207	BOLSA BALDE LONA VERDE	UNID	150	52,74	R\$ 7.911,00
208	BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS COM 8 DIVISÕES	UNID	300	52,92	R\$ 15.876,00
209	<b>BOTIJÃO</b> para armazenamento de água com <b>ISOLAMENTO TÉRMICO</b> com alça e torneira capacidade de <b>09 litros</b>	UNID	112	129,51	R\$ 14.505,12
210	BROCA AÇO RÁPIDO 10mm x 15cm	UNID	300	34,11	R\$ 10.233,00
211	BROCA AÇO RÁPIDO 5mm x 15cm	UNID	750	8,97	R\$ 6.727,50
212	BROCA AÇO RÁPIDO 6mm x 15cm	UNID	750	9,9	R\$ 7.425,00
213	BROCA AÇO RÁPIDO 8mm x 15cm	UNID	750	15,41	R\$ 11.557,50
214	BROCA DE ENCAIXE UNIVERSAL VIDEA 10mm x 25cm	UNID	750	15,97	R\$ 11.977,50
215	BROCA DE ENCAIXE UNIVERSAL VIDEA 12,5mm x 25cm	UNID	750	24,29	R\$ 18.217,50
216	BROCA DE ENCAIXE UNIVERSAL VIDEA 6mm x 25cm	UNID	225	20,39	R\$ 4.587,75
217	BROCA DE ENCAIXE UNIVERSAL VIDEA 8mm x 25cm	UNID	150	15,97	R\$ 2.395,50
218	BROCA DE VIDEA 10mm x 15cm	UNID	300	9,97	R\$ 2.991,00
219	BROCA DE VIDEA 12,5mm x 15cm	UNID	300	15,43	R\$ 4.629,00
220	BROCA DE VIDEA 6mm x 15cm	UNID	750	17,52	R\$ 13.140,00
221	BROCA DE VIDEA 8mm x 15cm	UNID	750	8,26	R\$ 6.195,00
222	<b>CABO</b> para rolo de pintura com <b>23 cm</b>	UNID	360	8,02	R\$ 2.887,20
223	CAIXA DE FERRAMENTAS TIPO SANFONA 5 COMPARTIMENTOS	UNID	300	151,5	R\$ 45.450,00
224	CANETA DETECTORA DE TENSÃO	UNID	150	15,04	R\$ 2.256,00
225	CANIVETE INOX SEM PONTA COM LAMINA LARGA	UNID	150	42,14	R\$ 6.321,00
226	CHAVE AJUSTÁVEL (grifo) 8"	UNID	150	38,61	R\$ 5.791,50
227	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 10 x 11	UNID	150	12,79	R\$ 1.918,50
228	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 12 x 13	UNID	150	15,1	R\$ 2.265,00
229	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 14 x 15	UNID	150	16,18	R\$ 2.427,00
230	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 16 x 17	UNID	150	22,14	R\$ 3.321,00
231	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 18 x 19	UNID	150	23,45	R\$ 3.517,50
232	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 20 x 21	UNID	150	25,6	R\$ 3.840,00



233	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 22 x 23	UNID	150	37,35	R\$ 5.602,50
234	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 6 x 7	UNID	150	10,06	R\$ 1.509,00
235	CHAVE DE BOCA FIXA EM AÇO FORJADO 8 x 9	UNID	150	10,42	R\$ 1.563,00
236	CHAVE DE FENDA 1/8"x4" (3,5 x 100mm) ISOLADA 1000V	UNID	150	12,78	R\$ 1.917,00
237	CHAVE DE FENDA 5/32"x4" (4,0x 100mm) ISOLADA 1000V	UNID	150	35,14	R\$ 5.271,00
238	CHAVE DE FENDA 7/32"x5" (5,5x 125mm) ISOLADA 1000V	UNID	150	35,53	R\$ 5.329,50
239	CHAVE INGLESA 8"	UNID	150	41,09	R\$ 6.163,50
240	CHAVE PHILIPS 1/8"x2" (PHA x 60)	UNID	1125	6,4	R\$ 7.200,00
241	CHAVE PHILIPS 3/16"x3" (PH1 x 80)	UNID	150	13,31	R\$ 1.996,50
242	CINTO DE FERRAMENTAS COMPLETO	UNID	150	59,98	R\$ 8.997,00
243	DETECTOR DE MATERIAIS PROFISSIONAL	UNID	30	1823,86	R\$ 54.715,80
244	ESCALA MÉTRICA DOBRÁVEL DE MADEIRA 2M	UNID	150	47,29	R\$ 7.093,50
245	ESTICADOR PARA CORDOALHAS DE AÇO ( 3,00 a 12,00 mm <sup>2</sup> )	UNID	78	436,86	R\$ 34.075,08
246	JOGO DE CHAVE DE CATRACA	UNID	300	82,93	R\$ 24.879,00
247	JOGO DE CHAVE PARA PARAFUSADEIRA	UNID	450	386,31	R\$ 173.839,50
248	LANTERNA DE CABEÇA LED RECARREGÁVEL	UNID	150	71,91	R\$ 10.786,50
249	LÁPIS PARA CARPINTEIRO	UNID	2250	2,78	R\$ 6.255,00
250	MARRETA 1 KG	UNID	450	48,63	R\$ 21.883,50
251	MARRETA ½ KG	UNID	450	30,55	R\$ 13.747,50
252	MARTELO CABO DE FIBRA 27mm	UNID	150	47,02	R\$ 7.053,00
253	MICRORRETIFICA	UNID	300	274,99	R\$ 82.497,00
254	MULTÍMETRO DIGITAL	UNID	150	64,27	R\$ 9.640,50
255	NÍVEL A LASER	UNID	150	133,37	R\$ 20.005,50
256	NÍVEL DE MADEIRA C/ 3 BOLHAS 16"	UNID	225	35,59	R\$ 8.007,75
257	PARAFUSADEIRA 12V A BATERIA	UNID	375	486,24	R\$ 182.340,00
258	PINADOR DE PREGOS	UNID	112	718,56	R\$ 80.478,72
259	PISTOLA APLICAÇÃO SILICONE	UNID	750	16,94	R\$ 12.705,00
260	PONTEIRA 20mm x 30cm	UNID	300	36,82	R\$ 11.046,00
261	SOPRADOR TÉRMICO COM AJUSTE DE TEMPERATURA A BATERIA	UNID	78	959,66	R\$ 74.853,48
262	TALHADEIRA 20mm x 30cm	UNID	300	32,93	R\$ 9.879,00
263	TRENA 5 METROS	UNID	150	24,53	R\$ 3.679,50
264	TRENA 50 METROS	UNID	300	63,87	R\$ 19.161,00
265	TRENA 8 METROS	UNID	750	44,26	R\$ 33.195,00
266	Cal hidratada embalagem saco com 20 (vinte) quilos	UNID	630	38,93	R\$ 24.525,90
267	CHUVEIRO ELÉTRICO de parede, com 03 temperaturas, mínimo de 5.400W, 220V	UNID	525	70,43	R\$ 36.975,75



268	ADAPTADOR PVC DE 110mm PARA CAIXA D'ÁGUA C/ JUNTA DE VEDAÇÃO (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	600	927,4	R\$ 556.440,00
269	ADAPTADOR PVC DE 60mm PARA CAIXA D'ÁGUA COMI JUNTA DE VEDAÇÃO (NBR5648 ISO 9001:2008)	UND	18	57,71	R\$ 1.038,78
270	ADAPTADOR PVC DE 85mm PARA CAIXA D'ÁGUA C/ JUNTA DE VEDAÇÃO (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	18	178,33	R\$ 3.209,94
271	ADESIVO PLÁSTICA PARA PVC FRASCO INCOLOR CONTEÚDO 175g (NBR - 14725- 4:2014)	UND	180	23,82	R\$ 4.287,60
272	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC FRASCO INCOLOR CONTEÚDO 850g (NBR-14725- 4:2014)	UND	120	72,76	R\$ 8.731,20
273	ADESIVO VEDA JUNTA PARA MOTORES, FRASCO DE 75g	UND	120	19,93	R\$ 2.391,60
274	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 110 X 85mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	82,15	R\$ 4.929,00
275	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 25 X 20mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	300	0,71	R\$ 213,00
276	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 32 X 25mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	300	1,34	R\$ 402,00
277	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 40 X 32mm (NBR 5678)	UND	120	3,51	R\$ 421,20
278	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 50 X 40mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	4,42	R\$ 530,40
279	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 75 X 60mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	57,71	R\$ 3.462,60
280	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL CURTA DE 85 X 75mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	21,75	R\$ 1.305,00
281	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 110 X 60mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	90	69,91	R\$ 6.291,90
282	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 32 X 20mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	72	5,85	R\$ 421,20
283	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 50 x 25mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	72	9,04	R\$ 650,88
284	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 60 X 40mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	90	8,78	R\$ 790,20
285	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 60 X 50mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	90	12,7	R\$ 1.143,00
286	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA DE 85 X 60mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	90	1,34	R\$ 120,60
287	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 lts (NBR 14799:2011 PBQP (ATESTADA DE QUALIFICAÇÃO))	UND	60	399,5	R\$ 23.970,00
288	CAIXA D'ÁGUA 1.500LTS EM POLIETILENO (NBR 14799:2011 PBQP (ATESTADA DE QUALIFICAÇÃO))	UND	60	1926,19	R\$ 115.571,40

289	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1.000 LITROS (NBR 14799:2011 PBQP)	UND	180	613,52	R\$ 110.433,60
290	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 2.000 LITROS (NBR 14799: 2011 PBQP (ATESTADA DE QUALIFICAÇÃO))	UND	60	3138,98	R\$ 188.338,80
291	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 3.000 LITROS (NBR 14799:2011 PBQP (ATESTADA DE QUALIFICAÇÃO))	UND	30	57,71	R\$ 1.731,30
292	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 750 Its (NBR 14799:2011 PBQP (ATESTADA DE QUALIFICAÇÃO))	UND	60	542,17	R\$ 32.530,20
293	CAP DN PVC DN 100mm ESGOTO PRI/1ÁRIO COMI ANEL (NBR 5688 ISO 9001:2008)	UND	150	11,76	R\$ 1.764,00
294	CAP DN PVC DN 150mm PARA ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9001:2008)	UND	60	51,22	R\$ 3.073,20
295	CAP DN PVC DN 50mm ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9001:2008)	UND	60	4,06	R\$ 243,60
296	CAP DN PVC DN 75mm PARA ESGOTO PRI/1ÁRIO COMI ANEL (NBR 5688 ISO 9001:2008)	UND	60	8,7	R\$ 522,00
297	CAP PVC JE PBA, DN 100 / DE 110 (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	60	89,88	R\$ 5.392,80
298	CAP PVC JE PBA, DN 50 / DE 60 (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	60	1,34	R\$ 80,40
299	CAP PVC JE PBA, DN 75 / DE 85 (NBR 5688 ISO 9001:2008)	UND	60	49,23	R\$ 2.953,80
300	CAP PVC ROSCA 1"	UND	120	9,27	R\$ 1.112,40
301	CAP PVC SOLDAREL DE 110mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	120	91,32	R\$ 10.958,40
302	CAP PVC SOLDAREL DE 20mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	210	1,28	R\$ 268,80
303	CAP PVC SOLDAREL DE 25mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	120	1,56	R\$ 187,20
304	CAP PVC SOLDAREL DE 32mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	120	2,28	R\$ 273,60
305	CAP PVC SOLDAREL DE 40mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	120	57,71	R\$ 6.925,20
306	CAP PVC SOLDAREL DE 60mm (NBR 5648 ISO 9001:2008)	UND	120	10,7	R\$ 1.284,00
307	CAP PVC SOLDAREL DE 85 mm (NBR 5648 ISO 9001: 2008)	UND	120	53,86	R\$ 6.463,20
308	COLAR DE TO/1ADA PVC COI'4 TRAVAS EM PVC 110 X1/2 (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	44	78,47	R\$ 3.452,68
309	COLAR TO/1ADA COM TRAVAS EI'4 PVC DE 40mm X 1/2" (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	120	16,13	R\$ 1.935,60
310	COLAR TO/1ADA COI'g TRAVAS EI'3 PVC DE 50mm X 1/2" (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	120	18,19	R\$ 2.182,80
311	COLAR TO/1ADA COM TRAVAS EI'4 PVC DE 75mm X 1/2" (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	60	21,96	R\$ 1.317,60
312	COLAR TO/1ADA COM TRAVAS EI'4 PVC DE 85mm X 1/2" (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	60	1,34	R\$ 80,40



313	COLAR TORÇADA PVC COL3 TRAVAS EI*1 PVC 60 X 1/2" (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	60	18,69	R\$ 1.121,40
314	CRUZETA PVC BBBB PBA DN100/110I'gl'3 COL3 ANEL (NBR5647 ISSO 9001:2008)	UND	30	221,14	R\$ 6.634,20
315	CURVA 90 F F BB DN 250I'gl'1 (NBR 7675)	UND	30	1212,78	R\$ 36.383,40
316	CURVA 90 SOLDAVEL 32I'3I'3	UND	44	10,33	R\$ 454,52
317	CURVA 90 SOLDAVEL 40 I'3I'1 (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	44	18,54	R\$ 815,76
318	CURVA DE 90° SOLDAVEL 25 MM (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	90	57,71	R\$ 5.193,90
319	CURVA LONGA PVC 45° X 150mm ESGOTO PRI/LÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	150,17	R\$ 4.505,10
320	CURVA LONGA PVC 45° X DN 100mm ESGOTO PRI/LÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	120	48,43	R\$ 5.811,60
321	CURVA LONGA PVC 90° X DN 100mm ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	90	71,32	R\$ 6.418,80
322	CURVA LONGA PVC DN 90° X 150mm ESGOTO PRI/LÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	208,31	R\$ 6.249,30
323	CURVA PVC 22° 30' JE PB PBA DN 50 / DE 60mm, COM ANEL DE BORRACHA (NBR 5647)	UND	30	67,86	R\$ 2.035,80
324	CURVA PVC 22° 30' JE PB PBA DN 75mm / DE 85mm, COM ANEL DE BORRACHA (NBR 5647)	UND	18	136,26	R\$ 2.452,68
325	CURVA PVC JE PB PBA 45° X DE 110mm COM ANEL (NBR 5647 ISSO 9001:2008)	UND	30	1,34	R\$ 40,20
326	CURVA PVC JE PB PBA 45° X DE 85mm COL'ü ANEL (NBR 5647 ISSO 9001:2008)	UND	30	166,94	R\$ 5.008,20
327	CURVA PVC JE PB PBA 90° X DE 110mm COM ANEL (NBR 5647 ISSO 9001:2008)	UND	30	370,95	R\$ 11.128,50
328	CURVA PVC JE PB PBA 90° X DE 60mm COL'g ANEL (NBR 5647 ISSO 9001: 2008)	UND	90	67,05	R\$ 6.034,50
329	CURVA PVC JE PB PBA 90° X DE 85mm COL'g ANEL (NBR 5647 ISO9001: 2008)	UND	30	209,74	R\$ 6.292,20
330	CURVA PVC SOLDAVEL 45° X DE 50mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	34	11,12	R\$ 378,08
331	CURVA PVC SOLDAVEL 45° X DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	30	57,71	R\$ 1.731,30
332	CURVA PVC SOLDAVEL DE 45° x DE 20 mm (NBR 5678 ISO 9001:200	UND	180	3,48	R\$ 626,40
333	CURVA PVC SOLDAVEL DE 45° x DE 25 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	4,91	R\$ 294,60
334	CURVA PVC SOLDAVEL DE 45° x DE 32 mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	30	10,47	R\$ 314,10
335	CURVA PVC SOLDAVEL DE 45° X DE 40mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	30	18,19	R\$ 545,70
336	CURVA PVC SOLDAVEL DE 45° X DE 60mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	49,79	R\$ 2.987,40
337	CURVA PVC SOLDAVEL DE 90° DE 20 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	3,48	R\$ 626,40

338	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 90° X DE 110mm	UND	18	1,34	R\$ 24,12
339	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 90° x DE 60 mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	49,79	R\$ 2.987,40
340	CURVA PVC SOLDÁVEL DE 90° X DE 75mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	18	93,03	R\$ 1.674,54
341	FITA VEDA ROSCA 19mm X 50 M	UND	120	13,41	R\$ 1.609,20
342	JOELHO MISTO PVC SOLDÁVEL 90° X DE 20 X 1/2" (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	2,98	R\$ 178,80
343	JOELHO PVC 45° / DN 100mm ESGOTO PRI/ MÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	11,48	R\$ 688,80
344	JOELHO PVC 45° / DN 150mm ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	70,62	R\$ 4.237,20
345	JOELHO PVC 45° / DN 40mm ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	2,83	R\$ 169,80
346	JOELHO PVC 45° / DN 50mm ESGOTO PRI/IÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	57,71	R\$ 3.462,60
347	JOELHO PVC 45° ROSCÁVEL 1" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	17,12	R\$ 2.054,40
348	JOELHO PVC 45 ROSCÁVEL 1 1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	59,92	R\$ 7.190,40
349	JOELHO PVC 45 ROSCÁVEL 1 1/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	37,08	R\$ 4.449,60
350	JOELHO PVC 45 ROSCÁVEL 1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	5,55	R\$ 666,00
351	JOELHO PVC 45 ROSCÁVEL 2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	107,01	R\$ 12.841,20
352	JOELHO PVC 45 ROSCÁVEL 3/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	120	8,42	R\$ 1.010,40
353	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 110mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	30	1,34	R\$ 40,20
354	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 20mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	1,34	R\$ 80,40
355	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 25mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	2,35	R\$ 141,00
356	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 32mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	5,98	R\$ 358,80
357	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 40 mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	9,69	R\$ 581,40
358	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 50mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	10,84	R\$ 650,40
359	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 60mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	34,24	R\$ 2.054,40
360	JOELHO PVC 45° SOLDÁVEL DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001: 2008)	UND	60	123,43	R\$ 7.405,80
361	JOELHO PVC 45° X DN 75mm COI'4 ANEL DE BORRACHA ESGOTO PRIMARIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	57,71	R\$ 3.462,60
362	JOELHO PVC 90° / 150mm ESGOTO PRIMARIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	70,62	R\$ 4.237,20
363	JOELHO PVC 90° / DN 100mm ESGOTO PRI/IÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	8,99	R\$ 539,40

364	JOELHO PVC 90° / DN 40mm ESGOTO PRIMARIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	90	1,64	R\$ 147,60
365	JOELHO PVC 90° / DN 50mm ESGOTO PRIMÁRIO COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	3,42	R\$ 205,20
366	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 110mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	271,09	R\$ 16.265,40
367	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 20 (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	0,57	R\$ 342,00
368	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 25mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	1,34	R\$ 241,20
369	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 32m (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	6,98	R\$ 1.256,40
370	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 40mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	7,33	R\$ 1.319,40
371	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 50mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	8,42	R\$ 1.515,60
372	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 60mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	37,22	R\$ 6.699,60
373	JOELHO PVC 90° SOLDAVEL DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	180	149,1	R\$ 26.838,00
374	JUNÇÃO PVC 45 ROSCÁVEL 1/2" PBQP	UND	30	21,4	R\$ 642,00
375	JUNÇÃO PVC 45 ROSCÁVEL 3/4" PBQP	UND	30	57,71	R\$ 1.731,30
376	JOELHO PVC 90° X dn 75mm, COI'4 ANEL DE BORRACHA, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	7,12	R\$ 427,20
377	JUNÇÃO PVC DN SII'4PLES ESGOTO PRIMÁRIO 150 X 150mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	143,68	R\$ 4.310,40
378	JUNÇÃO PVC SIMPLES DN 100 X 100mm COM ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	32,74	R\$ 982,20
379	LUVA DE CORRER DN 200 mm, COI'4 ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	141,26	R\$ 4.237,80
380	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL 25 MM (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	7,06	R\$ 847,20
381	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL 32FIM (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	18,97	R\$ 2.276,40
382	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL 40 MM (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	1,34	R\$ 160,80
383	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL 50 TIPI (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	32,45	R\$ 3.894,00
384	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL DE 20 (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	300	7,06	R\$ 2.118,00
385	LUVA DE CORRER PVC 1" COM ANÉIS PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	60	41,36	R\$ 2.481,60
386	LUVA DE CORRER PVC 3/4" COM ANÉIS PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	60	30,31	R\$ 1.818,60
387	LUVA DE CORRER PVC DN 100mm, COM ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	19,03	R\$ 1.141,80



388	LUVA DE CORRER PVC DN 150mm CODI ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	50,22	R\$ 3.013,20
389	LUVA DE CORRER PVC DN 40mm COI*1 ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	5,85	R\$ 351,00
390	LUVA DE CORRER PVC DN 50mm COM ANEL DE BORRACHA, ESGOTO PRI/IÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	6,34	R\$ 380,40
391	LUVA DE CORRER PVC DN 75mm. CODI ANEL DE BORRACHA, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	11,26	R\$ 675,60
392	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 100 DE 110mm COI'g ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	180	144,39	R\$ 25.990,20
393	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 50 DE 60mm COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001: 2008)	UND	180	34,24	R\$ 6.163,20
394	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 75 DE 85mm COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	180	85,6	R\$ 15.408,00
395	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 110 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	92,73	R\$ 5.563,80
396	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 25 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	1	R\$ 120,00
397	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 32 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	3,05	R\$ 366,00
398	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 40mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	4,99	R\$ 598,80
399	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 50 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	5,55	R\$ 666,00
400	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 60 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	18,54	R\$ 2.224,80
401	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 75mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	30	23,54	R\$ 706,20
402	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	53,51	R\$ 6.421,20
403	LUVA SI/1PLES PVC DN 100 COFI ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	120	9,27	R\$ 1.112,40
404	LUVA SI/1PLES PVC DN 150 COFI ANEL, ESGOTO PRIMARIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	48,21	R\$ 2.892,60
405	LUVA SOLDÁVEL E COI'3 ROSCA BITOLA 25X3/4"	UND	120	14,12	R\$ 1.694,40
406	TUBO PEAD 1/2" AZUL	UND	1500	7,42	R\$ 11.130,00
407	TUBO PEAD 1" AZUL	UND	1500	17,12	R\$ 25.680,00
408	TUBO PEAD 1 1/2" AZUL	UND	1500	25,68	R\$ 38.520,00
409	TUBO PEAD 3/4" AZUL	UND	1500	9,84	R\$ 14.760,00
410	TUBO PEAD 2"	UND	1500	28,52	R\$ 42.780,00
411	PASTA LUBRIFICANTE 500g (NBR 14725)	UND	120	41,36	R\$ 4.963,20
412	PASTA LUBRIFICANTE 160g (BISNAGA)	UND	12	19,26	R\$ 231,12
413	PASTA LUBRIFICANTE 300g (NBR 14725)	UND	120	13,56	R\$ 1.627,20
414	PLUG PVC ROSCÁVEL 1"PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	7,56	R\$ 226,80





415	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	6	10,2	R\$ 61,20
416	PLUG PVC ROSCÁVEL 1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	2,71	R\$ 81,30
417	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	3,42	R\$ 102,60
418	REDUÇÃO EXCÊNTRICA VINILFORT BB COM ANEL DE BORRACHA, PARA ESGOTO DN 200 X 150mm (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	147,78	R\$ 4.433,40
419	REDUÇÃO EXCÊNTRICA VINILFORT BB COM ANEL DE BORRACHA, PARA ESGOTO DN 300 X 250mm (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	367,19	R\$ 11.015,70
420	REDUÇÃO PVC EXCÊNTRICA 150 X 100mm, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	36,38	R\$ 1.091,40
421	REDUÇÃO PVC EXCÊNTRICA DN 100 X 75mm, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	48	14,06	R\$ 674,88
422	REDUÇÃO PVC JE PB PBA DE 110 X 60mm COI'g ANEL DE BORRACHA	UND	6	75,6	R\$ 453,60
423	REDUÇÃO PVC JE PB PBA DE 110X75 mm, COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	30	91,32	R\$ 2.739,60
424	REDUÇÃO PVC JE PB PBA DE 110X85 mm, COM ANEL DE BORRACHA (NBR 5647 ISO 9001: 2008)	UND	30	98,45	R\$ 2.953,50
425	REDUÇÃO PVC JE PB PBA DE 85X60 mm, COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	30	62,77	R\$ 1.883,10
426	REGISTRO COM BOLSAS PARA TBOS DE PVC - DN 75, PN 10, L 250mm, L1 92mm, N DE VOLTAS PARA FECHAMENTO 18, H COM CAB. 322mm	UND	44	970,21	R\$ 42.689,24
427	REGISTRO COI'g BOLSAS PARA TUBOS DE PVC - DN 50, PN 10, L 200mm, L1 72mm, N DE VOLTAS PARA FECHAMENTO 12, H COM CAB. 264mm	UND	45	627,78	R\$ 28.250,10
428	REGISTRO COI'g BOLSAS PARA TUBOS DE PVC DN 100, PN 10, L270mm, L1 112 mm, N DE VOLTAS PARA FECHANIENTO 24, H COI'g CAB.392mm	UND	42	1498,15	R\$ 62.922,30
429	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL US DE20mm(NBR 11308)	UND	18	18,54	R\$ 333,72
430	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA DE 1.1/4" (NBR 10929-NBR 11308)	UND	24	108,43	R\$ 2.602,32
431	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA DE 1.1/2" (NBR 10929-NBR 11308)	UND	24	88,45	R\$ 2.122,80
432	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA DE 1/2" (NBR 10929-NBR 11308)	UND	18	21,26	R\$ 382,68
433	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA DE 2" (NBR 10929-NBR 11308)	UND	24	200,54	R\$ 4.812,96
434	REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA DE 3/4" (NBR 10929-NBR 11308)	UND	24	29,96	R\$ 719,04
435	SOLUÇÃO LIMPADORA PVC, FRASCO 200 ml	UND	90	39,94	R\$ 3.594,60
436	TANQUE E/1 POLIETILENO 10.000 LITROS	UND	15	13126,59	R\$ 196.898,85

437	TANQUE E/1 POLIETILENO 15.000 LITROS	UND	12	22828,89	R\$ 273.946,68
438	TANQUE EM POLIETILENO 20.000 ItS S/ TAMPA	UND	12	32091,98	R\$ 385.103,76
439	TANQUE E/\ POLIETILENO 5.000	UND	18	4708,46	R\$ 84.752,28
440	TÊ BBB DN 150 mm, ESGOTO COM ANEL DE BORRACHA (NBR 10569 - NBR 10570 ISO 9007)	UND	30	87,03	R\$ 2.610,90
441	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL DE 85 X 60 mm (NBR 5678 ISO	UND	30	178,33	R\$ 5.349,90
442	TÊ PVC 90° BBB DN 200 x 200 mm, ESGOTO (NBR 5688 ISO 9008)	UND	30	156,93	R\$ 4.707,90
443	TE PVC 90 ROSCÁVEL 2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	107,01	R\$ 3.210,30
444	TE PVC 90 ROSCÁVEL 1" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	24,96	R\$ 748,80
445	TE PVC 90 ROSCÁVEL 1.1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	30	40,66	R\$ 1.219,80
446	TE PVC 90 ROSCÁVEL 1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	60	6,57	R\$ 394,20
447	TE PVC 90 ROSCÁVEL 3/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	48	18,83	R\$ 903,84
448	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 20 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	118	1,23	R\$ 145,14
449	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 25mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	120	39,94	R\$ 4.792,80
450	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 32 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	5,55	R\$ 333,00
451	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 40 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	30	14,91	R\$ 447,30
452	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 50 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	60	20,26	R\$ 1.215,60
453	TÊ PVC 90° SOLDÁVEL DE 60 mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	30	40,66	R\$ 1.219,80
454	TE PVC DN 100 X 100mm, COI'•1 ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	300	19,26	R\$ 5.778,00
455	TE PVC DN 150 X 150mm, COI'4 ANEL, ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	30	79,88	R\$ 2.396,40
456	TÊ PVC JE BBB PBA DN 100 / DE 110mm COM ANEL (NBR 5647)	UND	30	256,81	R\$ 7.704,30
457	TÊ PVC JE BBB PBA DN 50 / DE 60mm COMI ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	30	89,25	R\$ 2.677,50
458	TÊ PVC JE BBB PBA DN 75 / DE 85mm COI'g ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	30	142,53	R\$ 4.275,90
459	TÊ PVC REDUÇÃO 90° SOLDAVEL DE 110 X 60mm (NBR 5678 ISSO 9001:2008)	UND	30	115,56	R\$ 3.466,80
460	TÊ PVC SOLDAVEL DE 75mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	30	92,61	R\$ 2.778,30
461	TÊ PVC SOLDAVEL DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	30	142,65	R\$ 4.279,50
462	TUBO PVC 15 JEI PBA 6M DN 50 / DE 60, 06 /IETROS COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001: 2008)	UND	1200	235,42	R\$ 282.504,00

463	TUBO PVC 15 JEI PBA DN 100 / DE 110mm C/ 06 PIETROS, COMI ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	1200	837,52	R\$ 1.005.024,00
464	TUBO PVC 15 JEI PBA DN 75 / DE 85mm DE 06 METROS COM ANEL (NBR 5647 ISO 9001:2008)	UND	1200	499,83	R\$ 599.796,00
465	TUBO PVC CLASSE 15 SOLDABEL, 6 METROS X DE 110mm ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	360	844,67	R\$ 304.081,20
466	TUBO PVC CLASSE 15 SOLDABEL, 6 METROS X DE 75mm, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	300	506,51	R\$ 151.953,00
467	TUBO PVC CLASSE 15 SOLDABEL, 6 METROS X DE 85mm, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	360	525,06	R\$ 189.021,60
468	TUBO PVC DE FO FO DN 150mm COM JEI/ JERI NBR 7665/ NBR 9822, 6 METROS	UND	90	1212,78	R\$ 109.150,20
469	TUBO PVC DE FO FO DN 200mm COMI JEI/ JERI NBR 7665 / NBR 9822, 6 METROS	UND	30	1877,81	R\$ 56.334,30
470	TUBO PVC DE FO FO DN 250mm COM JEI/ JERI NBR 7665 / NBR 9822, 06 METROS	UND	9	2853,59	R\$ 25.682,31
471	TUBO PVC DN 100mm JEI / JERI NBR 7362-2, ESGOTO PRIMARIO	UND	120	342,43	R\$ 41.091,60
472	TUBO PVC DN 150mm JEI / JERI NBR 7362-2, ESGOTO	UND	60	592,12	R\$ 35.527,20
473	TUBO PVC DN 200mm COM ANEL DE BORRACHA P/ ESGOTO PRIMÁRIO (NBR 5688 ISO 9007)	UND	60	984,49	R\$ 59.069,40
474	TUBO PVC DN 200mm JEI / JERI NBR 7362-2, ESGOTO PRIMARIO, COM ANEL DE BORRACHA	UND	30	1169,98	R\$ 35.099,40
475	TUBO PVC ESGOTO PRIMÁRIO DN 100mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	120	165,49	R\$ 19.858,80
476	TUBO PVC ESGOTO PRIMARIO DN 150mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	600	542,17	R\$ 325.302,00
477	TUBO PVC ESGOTO PRIMARIO DN 40mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	300	78,47	R\$ 23.541,00
478	TUBO PVC ESGOTO PRIMÁRIO DN 50mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	300	116,99	R\$ 35.097,00
479	TUBO PVC ESGOTO PRIMÁRIO DN 75mm COM ANEL (NBR 5688 ISO 9007)	UND	300	156,93	R\$ 47.079,00
480	TUBO PVC ROSCÁVEL 1", COM 06 METROS – PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	444	392,35	R\$ 174.203,40
481	TUBO PVC ROSCÁVEL 1.1/2", COM 06 METROS – PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	444	199,74	R\$ 88.684,56
482	TUBO PVC ROSCÁVEL 1/2", COM 06 METROS – PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	300	115,56	R\$ 34.668,00
483	TUBO PVC ROSCÁVEL 2", COM 06 METROS – PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	456	436,46	R\$ 199.025,76
484	TUBO PVC ROSCÁVEL 3/4", COM 06 METROS – PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO)	UND	6000	13,83	R\$ 82.980,00

485	TUBO PVC SOLDABEL DE 20mm, COM 06 METROS, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	1500	29,25	R\$ 43.875,00
486	TUBO PVC SOLDABEL DE 25mm, COM 06 NIETROS, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	1500	45,64	R\$ 68.460,00
487	TUBO PVC SOLDABEL DE 32mm, COI'g 06 NIETROS, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	1500	84,17	R\$ 126.255,00
488	TUBO PVC SOLDABEL DE 40mm, COM 06 METROS, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	119,84	R\$ 71.904,00
489	TUBO PVC SOLDABEL DE 50mm, COM 06 NIETROS, ÁGUA FRIA (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	172,64	R\$ 103.584,00
490	TUBO PVC SOLDABEL DE 60mm, COI'g 06 NIETROS, ÁGUA FRIA, CLAS.15 (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	242,54	R\$ 145.524,00
491	TUBO PEAD CORRUGADO DRENAGEM DN200MM COI'g ANEL	UND	360	1212,78	R\$ 436.600,80
492	TUBO PEAD CORRUGADO DRENAGEM DN300MM COI'g ANEL	UND	420	1712,16	R\$ 719.107,20
493	TUBO PEAD CORRUGADO DRENAGEM DN400MM COI'g ANEL	UND	420	2211,53	R\$ 928.842,60
494	TUBO PVC COLETOR OCRE DN100 NBR 7362	UND	600	235,42	R\$ 141.252,00
495	TUBO PVC COLETOR OCRE DN150 NBR 7362	UND	600	499,36	R\$ 299.616,00
496	TUBO PVC COLETOR OCRE DN200MM NBR 7362	UND	300	769,03	R\$ 230.709,00
497	PASTA LUBRIFICANTE 1KG	KG	1305	39,79	R\$ 51.925,95
498	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO.)	UND	2400	41,36	R\$ 99.264,00
499	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1.1/2" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO.)	UND	600	74,18	R\$ 44.508,00
500	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1.1/4" PBQP (ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO.)	UND	600	64,2	R\$ 38.520,00
501	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 2" PBQP ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO.)	UND	600	131,25	R\$ 78.750,00
502	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 110mm(NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	961,65	R\$ 576.990,00
503	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 20mm (NBR 5678ISO 9001:2008)	UND	600	15,39	R\$ 9.234,00
504	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 25mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	18,25	R\$ 10.950,00
505	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 32mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	28,24	R\$ 16.944,00
506	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 40mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	41,36	R\$ 24.816,00
507	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 50mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	54,2	R\$ 32.520,00
508	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 60mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	136,98	R\$ 82.188,00
509	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 75mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	600	218,3	R\$ 130.980,00
510	UNIÃO PVC SOLDABEL DE 85mm (NBR 5678 ISO 9001:2008)	UND	360	370,95	R\$ 133.542,00



511	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO NODULAR, ARTICULADO DN600MM, COM ANEL ANTI- RUÍDO E TRAVA ESLÁSTICA	UNID	975	756,48	R\$ 737.568,00
512	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO NODULAR, ARTICULADO MEDINDO 53X46, MODETO T- 33 PARA TRÁFEGO PESADO	UNID	1875	423,37	R\$ 793.818,75
513	GRELHA DE FERRO FUNDIDO NODULAR ARTICULADO MEDINDO 30X90	UNID	375	652,1	R\$ 244.537,50
514	GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO 1,50 x 1,00 x 1,00M	UNID	75	6889,49	R\$ 516.711,75
515	GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO 2,00 x 2,00 x 1,50M	UNID	225	8750,33	R\$ 1.968.824,25
516	GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO 3,00 x 1,00 x 1,00M	UNID	150	12549,92	R\$ 1.882.488,00
517	GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO 3,00 x 2,00 x 1,00M	UNID	135	15483,9	R\$ 2.090.326,50
518	GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO 4,00 x 1,00 x 1,00M	UNID	165	15962,38	R\$ 2.633.792,70
519	PROLONGADOR DE CONCRETO ARMADO, DIMENSÕES: 1.000MM DE COMPRIMENTO X 400MM DE LARGURA X 150MM DE ALTURA, E ESPESSURA DE 60MM, FCK=30 MPA, Ø MÍNIMA DA ARMADURA DE 4.2MM	UNID	375	349,26	R\$ 130.972,50
520	PROLONGADOR DE CONCRETO ARMADO, DIMENSÕES: 1.000MM DE COMPRIMENTO X 400MM DE LARGURA X 200MM DE ALTURA, E ESPESSURA DE 60MM, FCK=30 MPA, Ø MÍNIMA DA ARMADURA DE 4.2MM	UNID	375	427,29	R\$ 160.233,75
521	PROLONGADOR DE CONCRETO ARMADO, DIMENSÕES: 1.000MM DE COMPRIMENTO X 400MM DE LARGURA X 300MM DE ALTURA, E ESPESSURA DE 60MM, FCK=30 MPA, Ø MÍNIMA DA ARMADURA DE 4.2MM	UNID	375	506,62	R\$ 189.982,50
522	BOCA DE LOBO TIPO MEIO FIO DE CONCRETO ARMADO FCK=30 MPA, DIMENSÕES: 900MM DE COMPRIMENTO INTERNO, 300MM DE ALTURA E 150MM DE ESPESSURA.	UNID	750	157,28	R\$ 117.960,00
523	ANEL DE CONCRETO ARMADO, DIMENSÕES: 600MM DE DIÂMETRO INTERNO, 150MM DE ALTURA E 80MM DE ESPESSURA, FCK=30 MPA, Ø MÍNIMA DA ARMADURA DE 4.2MM.	UNID	300	86,94	R\$ 26.082,00
524	TB PEAD DW CORR TECH SN4 DN/DI 400 MM C/ 6M	UND	450	2024,32	R\$ 910.944,00
525	TB PEAD DW CORR TECH SN4 DN/DI 500 MM C/ 6M	UND	450	2501,97	R\$ 1.125.886,50
526	TB PEAD DW CORR TECH SN4 DN/DI 600 MM C/ 6M	UND	360	4003,15	R\$ 1.441.134,00
527	TB PEAD DW CORR TECH SN4 DN/DI 800 MM C/ 6M	UND	390	6368,66	R\$ 2.483.777,40



528	TB PEAD DW CORR TECH SN4 DN/DI 1000 MM C/ 6M	UND	390	10644,76	R\$ 4.151.456,40
529	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA- 1, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1000MM, JUNTA DE ARGAMASSA	UNID	450	936,09	R\$ 421.240,50
530	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA- 1, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1200MM, JUNTA DE ARGAMASSA	UNID	1018	1248,45	R\$ 1.270.922,10
531	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA- 1, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1500MM, JUNTA DE ARGAMASSA	UNID	825	2987,38	R\$ 2.464.588,50
532	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA- 1, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 800MM, JUNTA DE ARGAMASSA	UNID	750	683,57	R\$ 512.677,50
533	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA- 1, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 2000MM, JUNTA DE ARGAMASSA	UNID	840	5663,7	R\$ 4.757.508,00
534	MADEIRA MACIÇA APARELHADA EM PECAS, DE 7,50X7,50CM (3"X3") EM PEÇAS DE 6,00M	M	4740	114,25	R\$ 541.545,00
535	MADEIRA MACIÇA APARELHADA, ESCORAS COM 6,00M DE COMPRIMENTO DE 18 X 18CM	M	2100	336,35	R\$ 706.335,00
536	MADEIRA MACIÇA APARELHADA 10 CM DE LARGURA X 2 CM DE ESPESSURA EM PEÇAS DE 6,00M	M	10755	53,51	R\$ 575.500,05
537	MADEIRA MACIÇA APARELHADA 20CM DE LARGURA X 5CM DE ESPESSURA EM PEÇAS DE 6,00M	M	3562	109,24	R\$ 389.112,88
538	EUCALIPTO AUTOCLAVADO, EM TORA, COM 6,00M DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO APROXIMADO DE 8CM	M	900	35,67	R\$ 32.103,00
539	EUCALIPTO AUTOCRAVADO, EM TORA, COM 6,00M DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO APROXIMADO DE 20CM	M	323	92,52	R\$ 29.883,96
540	EUCALIPTO AUTOCLAVADO, EM TORA, COM 6,00M DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO APROXIMADO DE 25CM	M	540	124,85	R\$ 67.419,00
541	MACARANDUBA EM PECAS, DE 3,75X7,50CM (1.1/2"X3"), APARELHADA	M	2094	42,52	R\$ 89.036,88
542	MACARANDUBA EM RIPAS, DE (1,5X4)CM, APARELHADA	M	5033	6,85	R\$ 34.476,05
543	MADEIRIT RESINADO 2,10 X 1,10 M, E=11MM CHAPA	UNID	451	179,85	R\$ 81.112,35
544	MADEIRIT RESINADO 2,20 X 1,10 M, E=5MM CHAPA	UNID	525	99,14	R\$ 52.048,50
545	MADEIRIT RESINADO 2,20 X 1,10 M, E=9MM CHAPA	UNID	270	153,83	R\$ 41.534,10
546	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 06 A 08 C/ 04 METROS	UNID	640	53,84	R\$ 34.457,60
547	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 08 A 10 C/ 05 METROS	UNID	765	87,22	R\$ 66.723,30
548	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 10 A 12 C/ 05 METROS	UNID	1023	123,12	R\$ 125.951,76

549	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 12 A 14 C/ 05 METROS	UNID	537	157,51	R\$ 84.582,87
550	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 14 A 16 C/ 05 METROS	UNID	402	231,62	R\$ 93.111,24
551	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 16 A 18 C/ 05 METROS	UNID	337	255,26	R\$ 86.022,62
552	PONTALETE DE EUCALIPTO TRATADO DE 18 A 20 C/ 05 METROS	UNID	219	418,01	R\$ 91.544,19
553	SACO DE RAFIA PARA CONSTRUÇÃO 50 X 75	UNID	7500	5,79	R\$ 43.425,00
554	SACO DE RAFIA PARA CONSTRUÇÃO 60 X 90	UNID	7500	6,57	R\$ 49.275,00
555	SARRAFO CEDRINHO 10 X 2,50	M	1800	37,66	R\$ 67.788,00
556	SARRAFO CEDRINHO 15 X 2,30	M	2094	56,15	R\$ 117.578,10
557	TÁBUA 2,00 X 30, CEDRINHO	M	1275	93,63	R\$ 119.378,25
558	TABUA 2,00 X 30, PINUS	M	1920	46,2	R\$ 88.704,00
559	TÁBUA 2,50 X 30, GARAPEIRA	M	1890	151,32	R\$ 285.994,80
560	PORTA AMERICANA ALMOFADADA MISTA (2,10X0,80) CM.	UNID	270	448,61	R\$ 121.124,70
561	PORTA LISA, SEMI- OCA PARA PINTURA, DE (60X210X3, 5) CM	UNID	270	159,28	R\$ 43.005,60
562	PORTA LISA, SEMI- OCA PARA PINTURA, DE (80X210X3, 5) CM.	UNID	270	176,81	R\$ 47.738,70
563	PORTA DE GIRO COM MOLA - 02 FOLHAS - EM VIDRO LAMINADO E TEMPERADO - DIMENSÃO (100X10X210)	UNID	97	3455,55	R\$ 335.188,35
564	PORTA DE GIRO COM MOLA - EM ALUMÍNIO COM VENEZIANAS - COR PRETO - DIMENSÃO (70X210)	UNID	42	1471,39	R\$ 61.798,38
565	PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, NA COR BRANCA, UMA FOLHA DE CORRER 0,70 X 2,10M COM BATENTE, ALISAR E KIT FECHADURA E FERRAGENS	UNID	42	735,94	R\$ 30.909,48
566	PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, NA COR BRANCA, UMA FOLHA DE CORRER 0,90 X 2,10M COM BATENTE, ALISAR E KIT FECHADURA E FERRAGENS	UNID	42	869,46	R\$ 36.517,32
567	PORTA DE ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA PARA BANHEIRO COLETIVO, UMA FOLHA DE ABRIR 0,90 X 1,80 M COM FECHADURA E FERRAGENS	UNID	42	1839,24	R\$ 77.248,08
568	PORTA DE ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA PARA BANHEIRO COLETIVO, UMA FOLHA DE ABRIR 0,70 X 1,80 M COM FECHADURA E FERRAGENS	UNID	42	1586,99	R\$ 66.653,58
569	JANELA MAXIM AR - ESTRUTURA DE ALUMÍNIO - COR PRETO E VIDRO TRANSLÚCIDO - (DIMENSÃO 80X80)	UNID	52	1086,83	R\$ 56.515,16
570	JANELA DE CORRER - DUAS FOLHAS - ESTRUTURA DE ALUMÍNIO - COR PRETO E VIDRO TRANSPARENTE - (DIMENSÃO 200X118)	UNID	52	3327,93	R\$ 173.052,36

571	PORTA EM ALUMÍNIO + VIDRO TEMPERADO E= 6MM, DUAS FOLHAS DE 1,00X2,10M DE ABRIR, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, INCLUSIVE FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	62	2803,45	R\$ 173.813,90
572	PORTINHOLA DE ALUMÍNIO, DUAS FOLHAS DE 0,50X1,50M DE ABRIR, VENEZIANA, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, COM FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	114	1121,1	R\$ 127.805,40
573	PORTÃO DE ALUMÍNIO, DUAS FOLHAS DE 0,75X2,00M DE ABRIR, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, COM FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	41	1878,26	R\$ 77.008,66
574	PORTINHOLA DE ALUMÍNIO, DUAS FOLHAS DE 0,70X1,20M DE ABRIR, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, COM FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	43	1117,29	R\$ 48.043,47
575	KIT PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO NA COR ALUMÍNIO NATURAL, UMA FOLHA DE ABRIR 0,60 X 1,80M, EM VENEZIANA, INCLUSIVE FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	30	1556,93	R\$ 46.707,90
576	JANELA DE ALUMÍNIO, COM VIDRO TEMPERADO, E=6MM, COM QUATRO FOLHAS SENDO DUAS FIXAS E DUAS DE CORRER NA COR ALUMÍNIO NATURAL, 1,80X1,20M COM FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	45	2676,98	R\$ 120.464,10
577	PORTINHOLA DE ALUMÍNIO, UMA FOLHA DE ABRIR, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, 0,80 X 1,20M COM FECHADURA E CONJUNTO DE FERRAGENS	UNID	45	1099,03	R\$ 49.456,35

#### **4. PRAZO**

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, cumprindo o estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

#### **5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

Fica estabelecido também como critério de aceitabilidade de proposta, aquela que conter os seguintes elementos: memória de cálculo e planilha orçamentária. Fica estabelecido ainda como preço máximo, os valores unitário e global da planilha orçamentária constante do Edital.



### **5.1. ACEITE DO OBJETO EXECUTADO**

Quando o fornecimento for concluído, caberá à CONTRATADA comunicar por escrito e mediante protocolo.

Caso o Aceite Provisório não seja assinado pelas partes, dentro do período de 07 (sete) dias úteis da comunicação escrita do contratado, deverá ser nomeada uma comissão de aceitação provisória pela autoridade competente.

O Recebimento Definitivo ficará a cargo de comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. O prazo para recebimento definitivo será de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação de entrega da contratante.

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Na hipótese de recusa da aceitação, por não atendimento às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar o fornecimento, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá tomar a seguinte providência:

a) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer elemento do fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da comunicação da contratante.

### **6. Prova de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, por meio dos seguintes documentos:**

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

---

---

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,5. Será considerado índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelos Ativos totais (AT).

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{AT}}$$

A licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

#### **7. Prova de HABILITAÇÃO TÉCNICA, por meio dos seguintes documentos:**

Para fins de habilitação técnica, as empresas deverão apresentar documentos referentes à comprovação efetiva de sua qualificação e experiência, dentre eles:

Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do fornecimento semelhante ao objeto da licitação, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

#### **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A cada trinta dias, conforme preconiza a Lei nº 14.133 de 2021, art. 92, § 5º, a Contratada fará emissão das faturas dos fornecimentos realizados, com

---

---

aprovação final da Contratante, e elaborada com base na Planilha Orçamentária e Memória de Cálculo.

A Contratante realizará inspeção minuciosa de todo o fornecimento, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

Não serão aceitos quaisquer serviços que não estejam discriminados neste documento e seus anexos.

Na hipótese de pagamento antecipado, deverá ser observado o que dispõe o artigo 145, da Lei Federal 14.133/ 2021.

O requerimento de pagamento deverá ser instruído com a seguinte documentação, de acordo com anexo II do Decreto nº 8.641, de 2024:

- a) Requerimento de pagamento;
  - b) DANFE, atestado e datado por 02 (dois) servidores com suas respectivas matrículas e assinaturas, declarando a regular entrega dos bens faturados, de acordo com a contratação efetuada;
  - c) Termo de Contrato e seus aditivos, devidamente publicado. (quando couber)
  - d) AFO pertinente ao faturamento;
  - e) Planilha de controle de todos os itens constantes na AFO, contendo o saldo inicial (quantidade total contratada), itens fornecidos e saldo final a fornecer, quando se tratar de entrega parcelada;
  - f) Planilha de controle de todos os itens constantes na Ata de Registros de Preços, contendo o saldo inicial (quantidade total contratada), itens anteriormente fornecidos, itens fornecidos referente a este pagamento e saldo final a fornecer, quando se tratar de Ata de Registro de Preços;
  - g) Nota de Empenho;
  - h) AUTORIZO do Ordenador de Despesas pertinente;
  - i) Relatório do Fiscal do contrato, de acordo com o art. 36, II "a";
- 
-

j) Portaria de designação do Fiscal do contrato, devidamente publicada no Boletim Oficial; e

k) Certidão negativa ou positiva com efeito negativa de FGTS, Receita Federal e CNDT.

No que tange à administração, seu pagamento deverá ser realizado de forma proporcional às parcelas efetivamente realizadas e aferidas em cada medição.

## **9. GARANTIA**

Exigir-se-á da CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 98 da Lei n.º 14.133/21, da ordem de 5% (cinco) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolosidade durante a execução do contrato;
- Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação. O levantamento da garantia ou caução contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva do contrato.

Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a Secretaria de Obras se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à sua notificação.

---

---

## **10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato será acompanhada por Gestor e fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada, pelo titular da Pasta, nos termos do Art. 117 da Lei 14.133/21 que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.

Art. 35. Celebrado o respectivo instrumento contratual, competirá ao ordenador da despesa a imediata designação de Gerente e mais 3 (três) servidores, sendo 1 (um) fiscal e 2 (dois) suplentes, para atuarem em eventual ausência ou impedimentos, que responderão diretamente pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

§ 1º A designação dos Gerentes e dos Fiscais deverá ser efetuada por meio da despesa, com a publicação no Boletim Oficial do Município, contendo nome completo, cargo e matrícula e CPF dos Servidores, bem como os números do contrato, do processo, do CNPJ, dentre outras informações necessárias, devendo a cópia do Ato ser parte integrante do processo administrativo licitatório, servindo como documento hábil para instrução de processo de pagamento, devendo a vacância de qualquer um destes ser suprida de imediato.

Art. 36. As responsabilidades atribuídas ao Gerente e ao Fiscal do Contrato estão determinadas em Instrução Normativa específica, da qual deverão ter plena ciência através de declaração a ser firmada e incluída no processo originário da contratação, sem prejuízo de outras intrínsecas ou dispostas em legislação específica, devendo ser também observado:

### **1- responsabilidades atribuídas ao Gerente:**

a) o controle de aumento injustificado dos custos para a administração pública, de insumos, bens ou serviços;

b) a confecção de registros e planilhas, quando for parte da administração, de insumos, bem ou serviços necessários ao desempenho de suas funções;

c) a emissão de pronunciamento fundamentado para a sugestão de alterações e prorrogações contratuais;

d) recomendar a aplicação de sanções e/ ou rescisões ao gestor da pasta, após o devido processo legal;

e) elaboração de relatório final conclusivo, referente a satisfatória execução do objeto contratado, que deverá ser acostado ao processo administrativo de contratação,

f) recebimento de nota fiscal e demais documentos pertinentes;

II - Responsabilidades atribuídas ao Fiscal:

a) a elaboração de relatórios de fiscalização justificados e fundamentados;

b) o acompanhamento em campo dos serviços, se couber,

c) a verificação da correta execução contratual, de modo a legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, a fim de orientar as autoridades competentes acerca da necessidade de serem aplicadas sanções ou rescisão contratual;

d) a pronta comunicação ao Gerente de qualquer irregularidade constatada na execução do instrumento contratual

Parágrafo único. O mau desempenho das funções e das responsabilidades inerentes ao Gerente e ao Fiscal sujeita o servidor designado às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório.

Art37. Independentemente da ação do Gerente, todo e qualquer servidor que tiver ciência de falhas na execução do contrato tem o dever legal de comunicar a ocorrência à Autoridade hierarquicamente superior ou ao próprio Gerente.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1. DA CONTRATANTE**

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
  - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, conforme demanda;
- 
-

- Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- Exigir da Contratada que providencie a reparação de eventuais vícios verificados no curso da vigência contratual ou dentro do prazo de garantia do produto.
- Realizar a solicitação do fornecimento, especificando as quantidades e local, por e-mail ou outro meio oficial.
- Fiscalizar a qualidade e quantidade do objeto no momento da entrega e após a realização do fornecimento, sempre documentando e se possível com de acordo da contratada.
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto; e
- Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

#### **11.2. DA CONTRATADA**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
  - É de incumbência da Contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e demais itens citados nestas Especificações;
  - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
  - A Contratada deverá paralisar os fornecimentos, por determinação da Contratante, qualquer execução que não esteja em acordo com às
- 
-

normas e metodologias técnicas ou ainda que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, inclusive de terceiros.

- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- Observar para que o transporte seja ele de que tipo for, siga as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc;
- A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 02 (dois) dias úteis, os fornecimentos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- A Contratada é responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- A Contratada manterá preposto, aceito pela Contratante, nos horários e locais de fornecimento, para representá-la na execução do contrato, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- A contratada deverá informar e-mail e telefone de contato oficial para documentação e comunicação.
- Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

## **12. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **12.1. MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

A presente contratação se dará em âmbito NACIONAL por procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através do Sistema de Registro de Preços, conforme estabelecido neste termo de referência, do Edital e seus anexos.

Será utilizado o modo de disputa ABERTO.

---

---



## **12.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Será decretada classificada em primeiro lugar a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de referência, do Edital e seus anexos, **MENOR PREÇO POR LOTE** excluindo-se os casos com preços manifestamente inexequíveis, respeitando o disposto no Art. 59 da Lei 14.133/21.

**As propostas deverão apresentar compatibilidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e Edital.**

**Os valores unitários máximos aceitáveis são aqueles previstos na planilha orçamentária.**

## **13. GARANTIA DO PRODUTO**

Os materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme prazos estabelecidos pela legislação vigente e pelos fabricantes. A empresa contratada será responsável pela substituição ou reparo de quaisquer itens que apresentem falhas que comprometam sua qualidade, desempenho ou segurança durante o período de garantia.

## **14. REAJUSTE DE PREÇOS**

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da planilha orçamentária, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o Art. 92, § 3º e 4º, da Lei n.º 14.133/21.

O índice de reajuste deve ser setorial, refletindo a variação dos custos e insumos daquele segmento específico, podendo, se for o caso, ser utilizado o índice da família EMOP. Somente é admissível a adoção de um índice geral quando inexistir índice setorial. O prazo de 12 (doze) meses para início do cômputo do reajuste começa a contar: da data base do orçamento a que esta referir, consoante expressamente previsto no Art. 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21, de 01.04.21 e na Lei n.º 10.192, de 14.02.2001, cabendo ao edital fixar uma delas. Não é cabível o reajuste se não há previsão expressa no edital e no contrato administrativo.

---

---

## **15. SANCOES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita pelo Contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes e em respaldo ao art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa 10% do valor total do contrato;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A autoridade competente para aplicação das sanções será o Município Contratante, levando em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Para aplicação das sanções deverão ser observados os art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.

## **16. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MICRO E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

Será permitida a participação de MEI, ME ou EPP do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que a atendam a todas as exigências legais.

## **17. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**

Não poderá ocorrer a subcontratação total ou parcial da obra, serviço ou fornecimento, tendo em vista que a admissibilidade da subcontratação deverá ser encarada como exceção - e não como regra.

## **18. HIPÓTESES DE RESCISÃO DE CONTRATO**

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

---

---

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

E respeitando as demais cláusulas contidas nos Arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14,133/2021.

## **19. DISPOSIÇÕES FINAIS**

As Planilha e Memória com quantitativos de materiais, constantes deste Termo de

Referência, devem obrigatoriamente ser conferidas pelo Licitante, antes da entrega de sua proposta, na fase licitatória, não sendo aceitas quaisquer reclamações ou reivindicações durante a Contratação.

Qualquer discrepância deverá ser resolvida com a Comissão de Licitação, antes da Contratação.

Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração ao fornecimento descrito em todo conjunto que compõe este Termo de referência;

---

---

seus custos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constante da proposta da Licitante.

Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados, pelo Licitante, para fornecimento dos materiais, deverão ser incluídos no orçamento, e nunca pleiteados durante a execução como acréscimo.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas, não poderão, jamais, constituir pretexto para a Empresa vencedora da licitação pretender cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a Licitante como altamente especializada no fornecimento em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo fornecimento.

O foro da Comarca da Contratante é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas à presente licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Carmópolis de Minas, 28 de abril de 2026.

---

**Mériton Balduino Alves**

**Subscritor**

**MASP 5469-0**

---

---

## ANEXO II

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CODEMM – MG  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
N.º XXX/2026

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

## ANEXO II

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

### **Dos limites para as adesões**

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

## ANEXO II

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho dedespesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastrode reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*;e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

## ANEXO II

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



## ANEXO II

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

## ANEXO II

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

## ANEXO II

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## ANEXO II

### Anexo

#### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total

**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



CODEMM

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE XXXXX, POR INTERMÉDIO DO  
(A) ..... E  
.....

O CODEMM, por intermédio do(a) *[órgão contratante]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *Diário Oficial do Município* *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *[Pregão Eletrônico]* **OU** *[Concorrência]* **OU** *[Dispensa de Licitação]* **OU** *[Inexigibilidade de Licitação]* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*



**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carmópolis de Minas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-